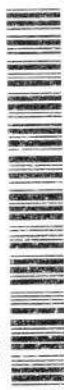


JUCESP PROTOCOLO
0.645.089/15-1



JUCESP
21 07



**27ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**

CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ nº 02.814.497/0001-07

NIRE nº 3521557043-9

- I. **JOÃO DE CASTRO MARQUES**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, nascido em 27/05/1948, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 3.718.471-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 232.877.308-78, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, 2.248 – 5º, 6º e 7º andar – Consolação – CEP: 01228-200,
- II. **JOÃO ADIBE ZACHARIAS MARQUES**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 11/02/1972, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 14.600.581-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 129.633.008-75, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, 2.248 – 5º, 6º e 7º andar – Consolação – CEP: 01228-200
- III. **KARLA MARQUES FELMANAS**, brasileira, casada sob o regime de separação total de bens, nascida em 17/07/1974, gerente industrial, portadora da cédula de identidade RG nº 14.600.582-X SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 128.260.488-05, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, 2.248 – 5º, 6º e 7º andar – Consolação – CEP: 01228-200;
- IV. **MARIANA ZACHARIAS MARQUES BARBOSA**, brasileira, casada sob o regime de separação total de bens, nascida em 07/12/1976, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 18.190.178-X SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 166.310.298-80, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, 2.248 – 5º, 6º e 7º andar – Consolação – CEP: 01228-200,

Handwritten signatures and initials:
- "JUR" (top right)
- "D-1-E" (middle right)
- "R" (bottom right)
- Large signature (bottom right)

JUCESP
21 07



Únicos sócios da **CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro Prudente, 121 – Vila Monumento – CEP 01550-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.814.497/0001-07, tendo seu contrato de constituição e demais alterações, registradas na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE nº 3521557043-9, em sessão de 09 de março de 1999, têm, entre si, justo e acordado o que segue:

RESOLVEM OS QUOTISTAS

Alterar o endereço do Estabelecimento de Distribuição atualmente localizado na Cidade de São Sebastião da Bela Vista, Estado de Minas Gerais, nas margens da Rodovia AMG 1920, s/n, CEP: 37567-000, inscrito no CNPJ sob o nº 02.814.497/0004-50 registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 3190194621-0 para a Cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, na Rua Coronel Armando Rubens Storino, 2.750 – Galpão 11 – Bairro do Algodão – CEP: 37550-000;

Alterar o endereço do Estabelecimento de Distribuição atualmente localizado na Cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, na Rua Coronel Armando Rubens Storino, 2.750 – Galpão 11 – Bairro do Algodão – CEP: 37550-000, inscrito no CNPJ sob o nº 02.814.497/0007-00 registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 3190221715-7 para a Cidade de São Sebastião da Bela Vista, Estado de Minas Gerais, Rodovia AMG 1920, s/n, Galpão 3, CEP: 37567-000;

ASSIM,

Em decorrência dessas alterações e para maior facilidade e clareza, resolvem os sócios consolidar o texto do Contrato Social, que passa a vigorar com a redação, que segue.

2008
21 07



CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ nº 02.814.497/0001-07

NIRE nº 3521557043-9

CAPÍTULO I

Denominação, Lei Aplicável, Sede, Foro e Prazo de Duração

Artigo 1º - A sociedade empresária limitada opera sob a denominação de **CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA.**, e rege-se pelo presente Contrato Social, pelas disposições aplicáveis às sociedades limitadas nos termos da Lei n.º 10.406, de 10.01.02.

Artigo 2º - A sociedade tem sede e foro jurídico na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Engenheiro Prudente, 121 – Vila Monumento – CEP 01550-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.814.497/0001-07 e inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 3521557043-9 em sessão de 09/03/1999.

Parágrafo 1º - A sociedade possui filiais:

- a) **Estabelecimento Fabril**, na Cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, à Rua Coronel Armando Rubens Storino, 2750 – Unidade Industrial I – Bairro do Algodão – CEP: 37550-000, inscrito no CNPJ sob o nº 02.814.497/0002-98, registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 3190126512-3;

21 07



- b) **Escritório Comercial**, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Angélica, 2.248 – 5º, 6º e 7º andar – Consolação – CEP: 01228-200, inscrito no CNPJ sob o nº 02.814.497/0003-79, registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 3590268290-2;
- c) **Estabelecimento de Distribuição**, na Cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, na Rua Coronel Armando Rubens Storino, 2.750 – Galpão 11 – Bairro do Algodão – CEP: 37550-000, inscrito no CNPJ sob o nº 02.814.497/0004-50 registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 3190194621-0;
- d) **Escritório Comercial**, na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Rio Branco, 847 – Sala 605 – Condomínio Wilmar Henrique Becker – Centro – Florianópolis – Santa Catarina – CEP 88015-205, inscrito no CNPJ sob o nº 02.814.497/0005-30;
- e) **Estabelecimento de Distribuição**, na Cidade de Santana de Parnaíba, no Estado de São Paulo, na Avenida África, 685 – Galpão nº 02 – Pólo Empresarial de Tamboré – CEP 06543-306, inscrito no CNPJ sob o nº 02.814.497/0006-11, registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 3590394422-6;
- f) **Estabelecimento de Distribuição**, na Cidade de São Sebastião da Bela Vista, Estado de Minas Gerais, Rodovia AMG 1920, s/n, Galpão 3, CEP: 37567-000, inscrito no CNPJ sob o nº 02.814.497/0007-00 registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 3190221715-7;
- g) **Estabelecimento de Distribuição**, na Cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, na Rua Gracyra Resse de Gouveia, 1.514 – Lotes 4 e 5 – Quadra 10 – Distrito Industrial – Jd. Piemont Norte – CEP 32689-372, inscrito no CNPJ sob o nº 02.814.497/0008-83 registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 3190233436-6.

JUL 21 07



Parágrafo 2º - Os estabelecimentos de distribuição têm como objetivo social as seguintes atividades: adquirir, possuir, manter, vender, distribuir, importar, exportar e de qualquer outra maneira comercializar e negociar os produtos (medicamentos, correlatos, cosméticos e alimentos) produzidos, industrializados, manufaturados, processados e beneficiados pelo estabelecimento fabril da sociedade e/ou por estabelecimentos de terceiros, bem como realizar as demais atividades prestadas pela matriz.

Parágrafo 3º - A sociedade poderá, por deliberação de no mínimo, sócios detentores de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, abrir, transferir e ou encerrar filiais de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º - A sociedade tem prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II

Objeto Social

Artigo 4º - A sociedade tem como objetivo social as seguintes atividades:

(a) fabricar, adquirir, manufaturar, processar, possuir, manter, vender no atacado e/ou no varejo, distribuir, importar, exportar e de qualquer outra maneira comercializar no atacado e/ou no varejo e negociar dentro do campo de produtos químicos, farmacêuticos e biológicos, inclusive de materiais medicinais, agropecuários, cosméticos, de toucador, de higiene pessoal e correlatos, perfumes, oncológicos, de diagnósticos, produtos de saúde e farmacêuticos de qualquer tipo, substâncias ativas, insumos farmacêuticos e produtos de qualquer tipo ou natureza, por sua própria conta ou por conta de terceiros e, o comércio varejista de medicamentos;

21 07



- (b) fabricar, industrializar, beneficiar, vender no atacado e/ou no varejo, distribuir, importar, exportar e de qualquer outra maneira comercializar no atacado e/ou no varejo e negociar quaisquer produtos farmacêuticos de uso humano e veterinário, inclusive substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, tais como: entorpecentes; psicotrópicos; antidepressivos; antiparkosianos; anticonvulsinantes; antiepiléticos; neurolípticos; anestésicos; retinóides; antiretrovirais e anabolizantes;
- (c) fabricar, industrializar, beneficiar, possuir, manter, vender no atacado e/ou no varejo, distribuir, importar, exportar e de qualquer outra maneira comercializar no atacado e/ou no varejo e negociar anti-sépticos, desinfetantes, germicidas, antibióticos, soros e vacinas para uso humano e/ou animal;
- (d) fabricar, adquirir, manufaturar, processar, possuir, manter, vender no atacado e/ou no varejo, distribuir, importar, exportar e de qualquer outra maneira comercializar no atacado e/ou no varejo e negociar produtos alimentícios, suplementos vitamínicos naturais, nutrimentos, produtos dietéticos e correlatos;
- (e) praticar qualquer ato necessário para desenvolver os objetos relacionados neste artigo e qualquer providência necessária ou conveniente para a proteção ou benefício da sociedade;
- (f) prestar assistência técnica pertinente ao ramo de atividade da sociedade, a qualquer empresa nacional ou estrangeira;
- (g) participar de outras sociedades nacionais e internacionais que sejam empresárias ou não, como sócia ou acionista;
- (h) representar outras sociedades e atuar em seus nomes como distribuidora, agente de compra e venda ou em qualquer outra capacidade em relação a qualquer dos assuntos acima mencionados;
- (i) prestar serviços em geral;
- (j) locação e sub-locação de bens e serviços.

2017
21 07

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58010-400 - www.azevedobastos.net.br - Tel.: (83) 3244-5404 - Fax: (83) 3244-5404

Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º Inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

Cód. Autenticação: 36551710170945070987-7; Data: 17/10/2017 09:48:32

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AFV20549-KVHV;
Valor Total do Ato: R\$ 4,12
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Bel. Válber de Miranda Cavalcanti
Tribunal

CAPÍTULO III

Capital Social

Artigo 5º - O capital social, totalmente integralizado, é de 53.709.924,00 (cinquenta e três milhões, setecentos e nove mil, novecentos e vinte e quatro reais) divididos em 53.709.924 (cinquenta e três milhões, setecentas e nove mil, novecentas e vinte e quatro) quotas, no valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, e está assim distribuído entre os quotistas:

Sócios	N. de Quotas Detidas	Valor Nominal (R\$)	%
João de Castro Marques	31.382.709	31.382.709,00	58,43
João Adibe Zacharias Marques	14.281.469	14.281.469,00	26,59
Karla Marques Felmanas	6.439.820	6.439.820,00	11,99
Mariana Zacharias Marques Barbosa	1.605.926	1.605.926,00	2,99
Total	53.709.924	53.709.924,00	100

Parágrafo Único – A responsabilidade de cada sócio é, na forma da lei, restrita ao valor de suas quotas, respondendo, cada qual, solidariamente, pela integralização do capital social.

Artigo 6º - As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada quota confere o direito a um voto nas deliberações dos sócios.

Artigo 7º - A transferência, total ou parcial, de quotas do capital social a terceiros não será permitida sem a prévia anuência dos demais sócios, os quais terão, em igualdade de condições e preço, prioridade, proporcionalmente, na sua aquisição. Referida prioridade deverá ser exercida dentro de 60 (sessenta) dias do recebimento da comunicação escrita da proposta de transferência.

Deu
[Handwritten signatures]

JUL 21 07



Parágrafo 1º - Caso o prazo de 60 (sessenta) dias, acima mencionado, expire sem que tenham sido efetivamente adquiridas todas as quotas oferecidas, o sócio autor da oferta poderá transferir a terceiros tais quotas não adquiridas, desde que: **(a)** tal transferência seja efetuada nos mesmos termos e condições da oferta inicial; **(b)** a cessão ou a transferência seja efetuada no prazo de até 30 (trinta) dias contados do término do prazo de 60 (sessenta) dias inicialmente dado; **(c)** as quotas não forem cedidas ou transferidas dentro do prazo e de acordo com as condições ora estabelecidas, elas estarão novamente sujeitas a iniciar todo o procedimento acima descrito.

Parágrafo 2º - Para os efeitos deste artigo 7º, os “mesmos termos e condições” devem ser entendidos como aqueles que proporcionem em um mesmo resultado financeiro para o cedente, qualquer que seja o adquirente previsto no parágrafo anterior, para tanto corrigindo-se o preço inicial da oferta por índice que reflita a efetiva perda do poder aquisitivo da moeda nacional no período entre a oferta e a efetiva aquisição.

Artigo 8º - As quotas do capital social não poderão ser empenhadas ou oneradas por qualquer sócio sem a prévia e expressa anuência, por escrito, dos demais sócios. Qualquer transação efetuada com violação deste dispositivo será ineficaz perante a sociedade.

CAPITULO IV

Da Administração

Artigo 9º - A administração da sociedade será exercida pelos sócios João de Castro Marques, João Adibe Zacharias Marques, Karla Marques Felmanas e Mariana Zacharias Marques Barbosa com mandato por prazo indeterminado de duração, os quais ostentarão o título de Diretores;

21 07



Parágrafo 1º Compete à diretoria sempre com a assinatura conjunta de dois diretores ou um diretor em conjunto com um procurador, nos estritos limites contidos no instrumento de mandato:

- a) representar a sociedade, ativa e passivamente em juízo ou fora dele;
- b) administrar e dirigir a sociedade com amplos e irrestritos poderes, para levar avante os objetivos sociais.

Parágrafo 2º Os atos de emissão de duplicatas, endossos de cheques para depósito, enfim quaisquer atos que sejam considerados como de administração rotineira, inclusive que não envolvam obrigações de monta, poderão ser exercidos por um diretor e um procurador, este, sempre, no limite do instrumento de mandato.

Artigo 10 - Os diretores poderão receber uma remuneração mensal que será fixada por deliberação dos sócios representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social e levado à conta de despesas gerais da sociedade.

Artigo 11 - Se qualquer cargo de Diretor ficar vago, poderá ele ser oportunamente preenchido, e outro Diretor será eleito através de uma reunião dos sócios, designada especificamente para esse fim, cuja deliberação deverá ser, por sócios que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

Artigo 12 - Somente mediante a assinatura de dois diretores poderão ser nomeados procuradores, para agir em nome da sociedade, para praticar qualquer ato que a Diretoria tenha competência para tal, sem prejudicar quaisquer poderes ou atribuições idênticas concedidas por este Contrato Social a qualquer Diretor, nos limites do respectivo instrumento de mandato, procuração essa sempre com prazo determinado de validade, exceção da procuração "AD JUDICIA", que será por prazo indeterminado.

Artigo 13 - A Diretoria deverá reunir-se sempre que necessário, sob a presidência do Diretor que tiver o maior número de quotas do capital social, um na falta do outro, em seqüência, e só

21 07



poderão ser convocadas por estes, e as deliberações, registradas em atas lavradas em livro próprio, deverão ser tomadas por, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos votos dos presentes, sendo que o Presidente da reunião terá um voto adicional de desempate, no caso de empate.

Artigo 14 - A compra, a alienação ou a oneração a qualquer título de bens imóveis, bem como a alienação ou a oneração de outros bens que constituam parcela substancial do ativo fixo da sociedade ou, ainda, a celebração de contratos especiais que não estejam compreendidos no curso normal de seus negócios, dependerão, como condição de validade, da prévia aprovação, por escrito, de sócio(s) representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital.

Parágrafo Único – Os atos de qualquer Diretor, funcionário ou procurador da sociedade que envolvam a sociedade em qualquer obrigação ou responsabilidade relacionada a negócios ou operações fora do âmbito do objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou qualquer outra garantia em favor de terceiros ficam neste ato expressamente proibidos e serão considerados nulos e sem qualquer efeito com relação à sociedade, exceto quando expressamente autorizados pela Diretoria, em reunião.

Artigo 15 - Os sócios reunir-se-ão sempre que os interesses sociais assim o exigirem. Entretanto, qualquer deliberação que demandar a manifestação dos sócios poderá ser tida como validamente tomada, independentemente de realização de Reunião, se expressa mediante instrumento escrito, firmado por sócios representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

Parágrafo 1º - As Reuniões também, poderão ser convocadas, pelos sócios, através de carta registrada, fax ou aviso entregue pessoalmente, contra recibo, a todos os sócios, com a antecedência, mínima, de 8 (oito) dias. Considerar-se-á dispensada a convocação quando todos os sócios comparecerem à Reunião ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo 2º - As Reuniões serão instaladas com a presença de titular(es) de quotas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

Parágrafo 3º - Um sócio poderá fazer-se representar nas Reuniões por outro sócio ou por advogado, mediante outorga de procuração, com especificação dos atos autorizados, devendo a procuração ser levada a registro juntamente com a ata.

Parágrafo 4º - A sociedade manterá um livro de Atas das Reuniões dos Sócios, no qual serão elas lavradas.

CAPÍTULO V

Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro

Artigo 16 - O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as Demonstrações Financeiras previstas em lei, as quais serão submetidas à apreciação dos sócios independentemente da realização de Reunião. O lucro então verificado terá a destinação determinada por sócio(s) representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

Parágrafo Único - A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores, para fins de apuração e destinação do resultado do período neles compreendido, podendo eventual lucro, por deliberação de sócio(s) representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, ser distribuído aos sócios.

CAPÍTULO VI

Continuação da Sociedade

JUL 21 07



Artigo 17 - Nos casos de falecimento, interdição, separação ou divórcio de qualquer sócio, a sociedade não se dissolverá.

Parágrafo 1º Nessas hipóteses, os herdeiros, o interdito, o cônjuge supérstite, separado judicialmente ou divorciado, somente serão admitidos na sociedade se houver a concordância expressa da unanimidade dos sócios remanescentes.

Parágrafo 2º Caso não se verifique o consentimento de todos os sócios, os herdeiros do falecido, o interdito ou cônjuge supérstite, separado judicialmente ou divorciado, receberão o valor de suas quotas e demais haveres que possuírem apurado em balanço especial, levantado na data do falecimento, interdição, separação ou divórcio. O pagamento será efetuado em 12 (doze) prestações iguais e mensais, acrescidas de juros de 6% (seis por cento) ao ano e correção monetária, sendo a primeira vencível dentro de 30(trinta) dias a contar da data da apuração dos haveres e as demais nos mesmos dias dos meses subsequentes.

Parágrafo 3º Verificando-se a falência ou retirada de algum sócio, a massa falida ou o sócio retirante receberão os seus haveres na forma disciplinada no parágrafo segundo dessa cláusula, sendo certo que também nessa hipótese a sociedade não se dissolverá.

Parágrafo 4º Os sócios remanescentes terão direito de adquirir pro-rata as quotas do sócio que desejar se retirar, que falecer, que for declarado interdito, ou, ainda, do cônjuge separado ou divorciado.

Parágrafo 5º Os herdeiros, o interdito, o cônjuge supérstite, separado judicialmente ou divorciado que ingressarem na sociedade só poderão exercer a administração sob qualquer título e em qualquer posição da sociedade se houver concordância expressa da unanimidade dos sócios remanescentes.

CAPÍTULO VII

Exclusão de Sócio

Handwritten signatures and initials.

21 07



Artigo 18 - Por deliberação do sócio majoritário, tomada, em reunião especialmente convocada para esse fim, o sócio minoritário poderá ser excluído da sociedade, por justa causa. O sócio minoritário deverá ser notificado com antecedência de, no mínimo, 8 (oito) dias da data da realização da reunião para permitir o seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo Único – Uma vez aprovada a exclusão do sócio minoritário, suas quotas serão adquiridas pelos demais sócios, proporcionalmente, pelo valor patrimonial de referidas quotas, constante do último Balanço Patrimonial levantado pela sociedade. Eventual pagamento devido será efetuado em até 12 (doze) parcelas, mensais e consecutivas, corrigidas monetariamente até seu efetivo pagamento de acordo com os índices previstos na cláusula anterior, mais juros de 1% (um por cento) ao mês.

CAPÍTULO VIII

Liquidação

Artigo 19 - No caso de liquidação da sociedade, o procedimento estabelecido em lei será adotado e observado, com a nomeação, por sócio(s) representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, de um ou mais liquidantes para operar a sociedade durante a liquidação.

CAPÍTULO IX

Alterações

Artigo 20 - Este Contrato Social poderá ser alterado em qualquer de seus artigos e a qualquer tempo mediante deliberação de sócio(s) representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, prevalecendo esta regra para os casos omissos não previstos em lei.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page, including a large signature and the initials 'DUR'.

JUCESP
21 07

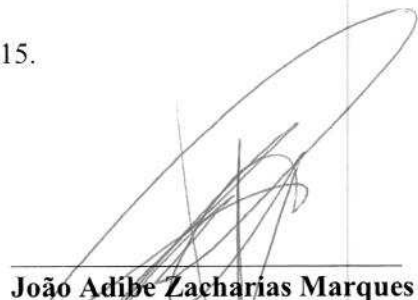


Artigo 21 - Os administradores declaram, sob as penas da lei (Código Civil, Artigo 1.011, § 1º), que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

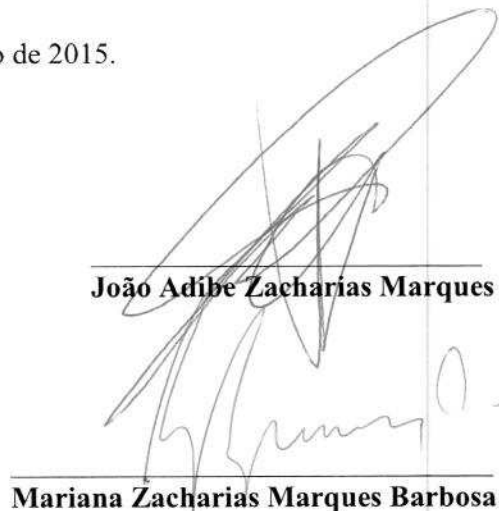
E por estarem, assim, justos e contratados as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São Paulo, 01 de julho de 2015.



João de Castro Marques



João Adibe Zacharias Marques


Karla Marques Felmanas


Mariana Zacharias Marques Barbosa

Testemunhas:


Carlos Eduardo Fracolla de Miranda
RG: 16.504.318 SSP/SP
CPF: 059.331.358-52


Wellington Silva Ribeiro
RG: 30.391.797-0 SSP/SP
CPF: 274.051.518-92



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **17/10/2017 10:21:41 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 835531

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **17/10/2018 09:48:33 (hora local)**.

¹**Código de Autenticação Digital:** 36551710170945070987-1 a 36551710170945070987-14

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b6237906e8f077682ba3d57d21e3d0a248e019f4703dabcb76d7136a590f45dd6310cc7ca5a76a446f85c1a0d641ba96dcb09174b98e3a778d2c4e519256ffe9f

Certifica - Autoridade Certificadora

Credenciada pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI)



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

